



Senadores entram nas discussões da terceirização

Audiência hoje na Comissão de Direitos Humanos antecipa debate sobre polêmico projeto que foi aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados

A discussão sobre alterações nas regras de terceirização de funcionários em empresas privadas e de economia mista mobilizará senadores na audiência pública marcada para hoje na Comissão de Direitos Humanos. Polêmico, o projeto teve o

texto-base aprovado no Plenário da Câmara na semana passada e deve chegar ao Senado em breve. Sindicalistas divergem sobre a possibilidade de alterações na lei, que permitiriam a contratação de mão de obra terceirizada para atividade-fim nas empresas. 3



Reprodução

Cena do vídeo produzido pela Agência Senado e divulgado nas redes sociais

Vídeo do Senado bate 1 milhão de acessos

Em quatro dias, o vídeo da Agência e do **Jornal do Senado** sobre alimentação saudável, produzido com base no novo *Guia Alimentar para a População Brasileira*, do Ministério da Saúde, superou 1,2 milhão de visualizações no Facebook. No perfil Senado Notícias, foram mais de 475 mil acessos. A animação foi postada também no perfil

do ministério, onde já passou de 800 mil visualizações. Somados os dois perfis, foram 38 mil compartilhamentos e 9 mil curtidas. Segundo o coordenador do guia, Carlos Monteiro, o vídeo deverá ser usado em oficinas de treinamento do Ministério da Saúde. A animação pode ser vista na Agência Senado (<http://bit.ly/videoGuiaAlimentar>).

Préfeira Municipal de Porto Alegre



Operário trabalha em construção: mudanças permitirão contratação de terceirizados para atividades-fim de empresas

ACONTECEU NO SENADO

Marco Legal da Biodiversidade passa no Plenário

O projeto que simplifica as regras para pesquisa e aproveitamento da fauna e da flora nacional foi aprovado pelo Senado na quarta-feira. O texto analisado resultou de consenso costurado pelo relator, Jorge Viana (PT-AC). Mas três pontos ainda sem acordo devem ser votados nesta semana. Os senadores também aprovaram o projeto que convalida incentivos fiscais concedidos a empresas pelos estados. Vários ministros participaram de debates sobre políticas e ações de interesse do governo. 4

Vale do São Francisco quer ações para revitalizar rio

Debate da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na sexta-feira, em Petrolina (PE), apontou medidas para combater

a seca que afeta o Rio São Francisco e ameaça a fruticultura irrigada. As sugestões serão encaminhadas ao governo federal. 2



Renan Azeiteiro

Ao lado de Fernando Bezerra (2º à esq.), Ana Amélia preside a audiência pública

CPI das Próteses ouve depoimentos amanhã 4

Suposta fraude no BNDES é tema de audiência 4

Ministro do Esporte fala sobre Jogos Olímpicos do Rio 4

Pesquisa FGV comprova

Senado é 100% transparente

SENADO FEDERAL

Conforme a pesquisa Estado Brasileiro e Transparência, da Fundação Getúlio Vargas, o Senado atendeu a 100% dos pedidos de informação no mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Autoridades estaduais, produtores e lideranças do Vale do Rio São Francisco pediram mais atenção do governo federal a obras de irrigação e infraestrutura na região para o combate à crise hídrica

Audiência aponta soluções para seca no São Francisco

O SENADOR FERNANDO Bezerra Coelho (PSB-PE) pretende encaminhar ao Executivo reivindicações para evitar o colapso da fruticultura irrigada do semiárido do Nordeste, que enfrenta a pior estiagem em 100 anos. A intenção foi revelada durante audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em Petrolina (PE) na sexta-feira.



Blog Fotos e Fotos do Cotidiano

Gado sem pasto: autoridades cobraram ações para conter seca no Nordeste

Com a redução do nível do Rio São Francisco, as estações de bombeamento usadas na irrigação não conseguem captar água, o que inviabiliza os investimentos e gera apreensão no setor. O lago da reserva de Sobradinho, considerado o terceiro maior do mundo em volume de água, está com 18% da capacidade de armazenamento, o que compromete não só a geração de energia, mas a agricultura irrigada da região, que gera R\$ 2 bilhões anuais na produção de frutas.

Entre as medidas sugeridas, estão a construção de mais barragens para aumentar a vazão dos rios afluentes do São Francisco; a recuperação da mata ciliar; a transposição das águas do Rio Tocantins para o rio; e a aquisição de bombas flutuantes para ajudar na captação de água.

— A redução imediata da vazão da barragem de Sobradinho de 1.000 para 900 metros cúbicos por segundo, aguardada pelos produtores e sob análise do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), dará mais tempo para a adoção de ações emergenciais — disse.

Hoje, o senador terá encontro com o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante.

Irrigação

A audiência ficou lotada de autoridades estaduais, produtores e lideranças comunitárias locais, algumas das quais acusaram o governo de não ter levado adiante diversos projetos na região. O debate foi comandado pela senadora Ana Amélia (PP-RS), que preside a comissão. A senadora também defendeu o encaminhamento

das medidas ao governo e a adoção de ações emergenciais e de médio e longo prazos, dada a importância da fruticultura irrigada para a Região Nordeste.

Já o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, defendeu soluções integradas para a crise do São Francisco. Ele também cobrou a substituição da “cultura da abundância, que é irreal, pela cultura do cuidado e da solidariedade com a água, para garantir a sustentabilidade dos recursos”.

O primeiro perímetro irrigado do rio foi implantado no final dos anos 1950. Hoje, Juazeiro e Petrolina representam o maior polo de irrigação do país, onde os fruticultores produzem manga, uva e coco, entre outras frutas, que abastecem o Brasil e outros mercados.

Comissão sobre transposição de rio começa trabalhos na 4ª

A Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras de Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco se reunirá na quarta-feira para ser instalada e eleger o presidente e o vice-presidente, designando também o relator.

O objetivo é acompanhar todos os atos que fazem referência às obras do São Francisco. A iniciativa é uma continuação de outra comissão encerrada ao final de 2014, que, por dois anos, identificou problemas nas obras e propôs soluções para acelerar o projeto.



Colegiado, proposto por Raimundo Lira, vai funcionar por um ano

O relatório, apresentado por Humberto Costa (PT-PE), pontuou a contribuição do Senado na articulação entre o governo federal, os órgãos

de controle e as empresas envolvidas na execução das obras. O texto destacou a necessidade de converter o aprendizado acumulado com o acompanhamento do projeto em proposições legislativas que contribuam para uma melhor aplicação dos recursos destinados a grandes investimentos do governo.

A comissão foi proposta por requerimento de Raimundo Lira (PMDB-PB). O prazo de funcionamento é de 12 meses.

A reunião acontecerá às 15h, no plenário 9 da Ala Alexandre Costa.

Interlegis ministra em Maceió oficinas de modernização do Poder Legislativo

O Programa Interlegis, que é gerido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), faz nesta semana, na Assembleia de Alagoas, encontro para discutir políticas de modernização do Legislativo, com oficinas para servidores. Câmaras municipais de todo o estado também foram convidadas.

O diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, detalhará objetivos e produtos oferecidos pelo programa:

— A disseminação de informações em favor da transparência e racionalidade do processo legislativo e o aperfeiçoamento da gestão são os eixos do trabalho — disse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO 73 anos do Senai

11h Sessão especial para comemorar os 73 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Às 14h, sessão não deliberativa.

CDH Terceirização

9h A Comissão de Direitos Humanos faz audiência pública interativa sobre terceirização de mão de obra.

CMA Palma de óleo

9h A Comissão de Meio Ambiente discute a criação do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil.

CAE Banco Central e BNDES

10h A comissão sabatina diretores para o Banco Central. Depois, audiência com o presidente do BNDES.

CE Educação básica

11h A comissão analisa obrigatoriedade de beneficiário de bolsas de programas da União prestar serviço na educação básica.

VIOLÊNCIA Eleonora Menicucci

14h Comissão escolhe relator e faz audiência pública com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

CPI DAS PRÓTESES Depoimentos

14h30 A CPI ouve representantes do Ministério da Saúde, da Anvisa e da ANS.

MP 665/2014 Relatório

14h30 A comissão da MP que altera direitos trabalhistas aprecia relatório.

QUARTA

CI Autoprodução de energia

8h30 O PLS 48/2014, que incentiva a autoprodução de energia elétrica, é um dos itens em pauta na reunião da comissão.

CDR Sudam

9h Audiência pública debate resultados da atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

CE Ministro do Esporte

10h O ministro do Esporte, George Hilton, fala em audiência sobre políticas do ministério e Olimpíadas no Rio em 2016.

MP 671/2015 Instalação e eleição

14h Instalação e eleição da Mesa da comissão responsável pela MP do Futebol.

MP 672/2015 Instalação e eleição

14h10 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão responsável pela MP que trata da política de valorização do salário mínimo de 2016 a 2019.

MP 673/2015 Instalação e eleição

14h20 Instalação e eleição da Mesa da comissão responsável pela análise da medida que desobriga emplacamento e licenciamento de máquinas agrícolas.

MP 663/2014 Audiência pública

14h30 Comissão que analisa MP que aumenta o limite de repasses da União ao BNDES e à Finep faz audiência pública sobre o tema.

RIO SÃO FRANCISCO Instalação

15h Instalação e eleição da Mesa da comissão temporária que vai acompanhar obras de transposição do São Francisco.

MP 664/2014 Relatório

9h30 Análise do relatório da MP que muda regras de benefícios previdenciários, como a pensão por morte.

CRE Embaixadores

10h Comissão avalia indicações de embaixadores na República da Guiné Equatorial e na República Togolesa.

MP 663/2014 Audiência pública

10h Comissão promove mais um debate sobre a MP que aumenta o limite de repasses da União ao BNDES e à Finep. Presidente do BNDES é um dos convidados.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão de Direitos Humanos vai discutir projeto aprovado pela Câmara que permite contratação de mão de obra terceirizada para exercer atividade-fim em empresas

Senado inicia debate sobre terceirização

A TERCEIRIZAÇÃO, TEMA cuja definição de novas regras movimentou a Câmara dos Deputados na semana passada e gerou protestos pelo país, será debatida hoje no Senado. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública sobre os impactos da possível aprovação do Projeto de Lei 4.330/2004. O texto principal já foi aprovado pela Câmara, que deve votar os pontos mais polêmicos nesta semana.

Se aprovado, o projeto pode ampliar a terceirização para todos os setores, inclusive nas vagas relacionadas à atividade-fim das empresas contratantes. Atualmente, só é permitida a terceirização em atividades-meio, como limpeza e segurança.

— Essa audiência visa alertar o Senado sobre o projeto que está vindo e que pode ser o maior retrocesso da história para o trabalhador brasileiro — alertou o presidente da

CDH, Paulo Paim (PT-RS), que solicitou o encontro.

O parlamentar explicou que a intenção é começar a discutir agora para garantir que o Senado, quando for analisar a proposta, suprima os pontos que venham a prejudicar os trabalhadores.

Ajustes

Ele defende ajustes, como a permissão da terceirização apenas nas atividades-meio, além da obrigatoriedade da contratante arcar com o que for devido ao trabalhador, no caso da contratada não cumprir com as obrigações.

— Dessa forma, o projeto deveria ser aprovado. Não vai interessar para quem quer terceirizar, mas vai garantir todos os direitos dos trabalhadores — argumentou.

A aprovação da proposta gerou protestos de sindicalistas, que apontam a precarização das relações de trabalho, mas é apoiado pelo empresariado.



Protesto da Central Única dos Trabalhadores contra projeto de lei que altera regras na contratação de terceirizados

Entre as centrais sindicais, a proposta gera discordância. Enquanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) é contra a aprovação, a Força Sindical alega que o texto regulamenta uma atividade realizada há anos no Brasil e garante mais direitos ao terceirizado.

Dados divulgados pela CUT apontam a existência, em 2013, de 12,7 milhões de terceiriza-

dos no país, o que corresponde a 26,8% do mercado formal de trabalho. O número, segundo o estudo, pode ser maior porque parte desses trabalhadores pode estar na informalidade.

Foram convidados para a audiência 24 debatedores, que incluem representantes de várias categorias profissionais, do Poder Judiciário e do setor produtivo.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Projeto regulamenta profissão de DJ

O projeto que define e regulamenta a profissão de DJ retornou ao Senado após aprovação pela Câmara dos Deputados. O substitutivo (SCD 6/2015), com base no texto originalmente apresentado pelo ex-senador Sergio Zambiasi, prevê que só poderá exercer a profissão quem for formado em curso técnico específico, com mínimo de 800 horas-aula, oferecido por instituição credenciada pelo Ministério da Educação.

A decisão final é da Co-

missão de Assuntos Sociais (CAS). O relator será Marcelo Crivella (PRB-RJ). Se a proposta for aprovada e não houver recurso para submetê-la ao Plenário, ela irá para a sanção presidencial.

O projeto só libera o exercício da profissão para quem não for formado se o profissional comprovar, no Ministério do Trabalho, atuação como DJ nos 5 anos anteriores à publicação da lei.

O registro deve ser requerido nas superintendências regio-

nais do Trabalho para que o diploma seja válido em todo o território nacional.

Para se matricular no curso específico, o interessado tem que ter idade mínima de 16 anos, ensino médio completo ou em curso e ser cidadão brasileiro.

Os DJs estrangeiros que queiram atuar no país poderão fazer apresentações, desde que a turnê não ultrapasse 60 dias.

A proposta regula a contratação de DJs para trabalhar em eventos específicos. O contrato não poderá ultrapassar sete dias, sendo proibida a contratação do mesmo profissional nos 60 dias seguintes. Se o prazo ultrapassar esses limites, o contrato passará a configurar relação de trabalho por tempo indeterminado. A jornada de um DJ não poderá superar as seis horas diárias, sendo que a hora-extra terá valor 100% superior ao contratado para o período normal. É vedada cláusula de exclusividade.



Atividade de DJ pode ser regulamentada para exigir formação profissional

MP sobre servidor de ex-territórios na pauta

A MP 660/2014, que altera a situação dos servidores civis e militares e dos empregados públicos dos ex-territórios do Amapá e de Roraima, deverá ser votada no Plenário do Senado amanhã. A medida permite aos servidores optar por fazer parte do quadro em extinção de pessoal da União. Os servidores de Rondônia já conquistaram esse direito.

A medida provisória já foi

aprovada na Câmara, onde sofreu mudanças. Os deputados tiraram a previsão de que os policiais e bombeiros militares do quadro em extinção receberiam o mesmo salário dos policiais militares do Distrito Federal. Também ficou de fora da proposta a possibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício no último emprego ocupado pelo profissional. Romero Jucá (PMDB-RR)

disse que as mudanças no texto contrariaram acordo firmado entre o Congresso e o governo. Avisou que as bancadas dos ex-territórios vão tentar recuperar o texto anterior.

A proposta é o primeiro item da ordem do dia do Senado e está trancando a pauta, ou seja, nenhuma matéria pode ser votada antes dela. A vigência da medida provisória termina em 3 de maio.

Proposta obriga bolsista a atuar em escolas públicas

A Comissão de Educação (CE) pode votar amanhã projeto que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a colaborar com escolas públicas. Pelo texto (PLS 224/2012), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os bolsistas deverão prestar serviços de formação e informação científicas e educacionais por, no mínimo, quatro horas semanais.

Cristovam entende que, em contrapartida ao benefício recebido, os bolsistas poderão ajudar a disseminar o interesse dos alunos pelas ciências. Os bolsistas no exterior deverão cumprir o serviço após o retorno ao Brasil, durante período igual ao que durou a bolsa.

O autor argumenta que, desde cedo, as crianças aprendem sobre arte e esporte, mas poucas se interessam pelas matérias científicas. Por outro lado, observa, há milhares de cientistas em formação, como bolsistas, por meio de programas que consomem grande soma de recursos de órgãos do governo. Entre eles, citou o Ciência sem Fronteiras.

Ana Amélia (PP-RS), a relatora, ao recomendar a aprovação, destaca que o projeto tem o mérito de aliar a formação de capital humano para o país, por meio da concessão de bolsas de estudo, com a prestação de serviços aos alunos das escolas públicas.

Ana Amélia ajustou uma emenda aprovada antes na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ampliar o alcance da categoria de bolsista, que abrange dos programas de iniciação científica e intercâmbio a bolsas de graduação como as do Prouni.

Se aprovado, o texto deve seguir direto para a Câmara.

Bolsas via empresas

Na pauta da CE, ainda está um projeto que pode obrigar as empresas com mais de cem empregados a conceder bolsas de estudo aos trabalhadores e dependentes legais (PLS 514/2007). As bolsas serão para formação técnico-profissional ou de nível superior.

No texto original, de Paulo Paim (PT-RS), as bolsas seriam apenas para os dependentes dos trabalhadores. A relatora, Ângela Portela (PT-RR), estendeu o benefício também aos empregados.

Outro projeto em pauta, o PLC 118/2014, permite que mercadorias com marcas falsificadas, alteradas ou imitadas sejam reaproveitadas por cooperativas comunitárias ou oficinas de customização. Hoje o destino mais comum dessas mercadorias abandonadas em alfândegas ou apreendidas pela Receita é a incineração.

O relatório de Paim é favorável ao projeto. Se aprovado, o texto vai a Plenário, para decisão final.

Também estão na pauta quatro requerimentos para audiências.

CPI das Próteses ouve Ministério da Saúde

Audiência será realizada amanhã para ouvir também autoridades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Agência Nacional de Saúde Suplementar

A CPI QUE investiga denúncias de fraudes com implantes de próteses, órteses e outros materiais especiais deve ouvir amanhã representantes do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Humberto Costa (PT-PE), relator da CPI, solicitou os requerimentos. Na justificativa, ele ressalta que as reportagens divulgadas revelaram que os delitos contavam com a participação de médicos, empresas e distribuidores.

Também serão apuradas informações sobre uma suposta “fábrica de liminares”, que adulterava documentos

e os submetiam ao Poder Judiciário para forçar sistemas de saúde a implantarem os materiais nos pacientes com o objetivo de fraude.

No texto dos requerimentos, o relator destaca que “são de alarmar os casos que envolvem desde implantes desnecessários, bem como inserção de materiais vencidos ou mesmo a danificação proposital de materiais já inseridos em pacientes”.

Apenas pelo SUS, estima-se que no Brasil são realizadas por ano 7 milhões de cirurgias que utilizam esses artefatos médicos.

A reunião da CPI das Próteses será, às 14h30, sala 2 da Ala Nilo Coelho.



Magno Malta é o presidente e Humberto Costa, o relator da CPI que apura supostas fraudes na área

Coutinho prestará esclarecimento sobre suposta ligação entre BNDES e Petrobras

Possíveis conexões entre empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e casos de corrupção na Petrobras, investigados pela Operação Lava-Jato, devem ser discutidas com o presidente do banco, Luciano Coutinho, durante audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) amanhã.

As ligações são citadas por Lasier Martins (PDT-RS), no requerimento da audiência, como uma das razões que justificam o convite feito a Coutinho para comparecer às duas comissões. O senador menciona os empréstimos à Sete Brasil, produtora de equipamen-

tos de produção de petróleo que teria débitos de mais de US\$ 900 milhões com o BNDES, e acrescenta que os desembolsos do banco passaram de R\$ 47,1 bilhões, em 2005, para R\$ 190,4 bilhões, em 2013.

Antes de ouvir Coutinho, a CAE vai sabatar dois indicados para a diretoria do Banco Central: Otávio Ribeiro Damaso, economista graduado pela Universidade de Brasília (UnB) e funcionário de carreira do BC há 17 anos, e Tony Volpon, economista graduado pela Universidade McGill, de Montreal, e mestre em Economia pela Universidade Western Ontario, ambas no Canadá.

Ministro do Esporte falará aos senadores sobre preparativos para Olimpíada de 2016

A menos de 500 dias para os Jogos Olímpicos do Rio, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) recebe na quarta o ministro do Esporte, George Hilton. Na pauta, as políticas ministeriais para este ano e o próximo e os preparativos para as Olimpíadas.

O pedido para a audiência foi do presidente da comissão, Romário (PSB-RJ). O senador justificou que o Parlamento e a sociedade precisam saber as ações desenvolvidas pelo governo federal para viabilizar a competição.

As Olimpíadas acontecem entre 5 e 21 de agosto do ano que vem e reunirão no Rio de Janeiro 10,5 mil atletas de 205 países disputando, em 306 provas, medalhas em 42 modalidades. Estão à venda 7,5 milhões de ingressos. Trabalharão 45 mil voluntários, 85 mil empregados e 8 mil funcionários. Após os Jogos Olímpicos, começa a competição paraolímpica, entre 7 e 18 de setembro. Lutarão por 528 medalhas, em 23 modalidades, 4.350 atletas de 178 países.

ACONTECEU NO SENADO



Maior parte da proposta obteve o consenso do Plenário e outros três pontos ainda serão votados

Aprovada lei que cria novo Marco Legal da Biodiversidade

O Plenário aprovou na quarta-feira as novas regras para pesquisa e aproveitamento da fauna e da flora nacionais. O texto foi fruto de acordo promovido pelo relator, Jorge Viana (PT-AC). Três pontos ainda sem acordo serão analisados esta semana. Entre eles, o que prevê repartição obrigatória de benefícios apenas quando o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional for um dos elementos principais de agregação de valor do produto final.

CONVALIDAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS SEGUE PARA A CÂMARA

Na terça-feira, o Plenário aprovou o projeto que convalida incentivos fiscais concedidos pelos estados a empresas (PLS 130/2014). A proposta é de Lúcia Vânia (PSDB-GO). A matéria segue agora para a Câmara.



TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Cinco debates promovidos de terça a quinta pelas comissões que analisam as Medidas Provisórias 664 e 665/2014, sobre regras trabalhistas e previdenciárias, reuniram os ministros do Planejamento, Nelson Barbosa (foto), da Previdência, Carlos Gabas, e analistas de diversas áreas.

INCENTIVO AO USO DE AGROTÓXICOS NATURAIS PASSA EM COMISSÃO

A Comissão de Agricultura (CRA) aprovou na quinta-feira a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos Naturais. O projeto, de autoria da ex-senadora Ana Rita, incentiva o uso de agrotóxicos menos prejudiciais ao ser humano, menos danosos ao meio ambiente e que resultem em alimentos mais saudáveis.



MINISTRO EXPÕE PRIORIDADES DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo, destacou na terça-feira, em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que um dos desafios da pasta é recompor as perdas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CHIRO NEGA ILEGALIDADE EM CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS CUBANOS

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, negou, em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira, ilegalidade no acordo de cooperação entre o governo brasileiro e a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) que permitiu a absorção de 11,4 mil médicos cubanos no Programa Mais Médicos.

INDICAÇÕES VÃO A PLENÁRIO

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou na quarta-feira as indicações do ministro do Tribunal Superior do Trabalho Lelio Bentes Corrêa e do brigadeiro Francisco Joseli Camelo para compor respectivamente o Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal Militar. As indicações vão a Plenário.

FUNDO DA EDUCAÇÃO EM DEBATE

A necessidade de maior apoio federal no financiamento da educação básica marcou as manifestações dos participantes do debate realizado na quarta-feira pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).



BRAGA DIZ QUE BRASIL NÃO DEVE SOFRER RACIONAMENTO

Em audiência pública na Comissão de Infraestrutura (CI) na quarta-feira, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, disse que o Brasil não deverá sofrer racionamento de energia, apesar do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Ele também falou aos senadores sobre metas do ministério.